
Como os cursinhos populares se tornaram aliados para estudantes das periferias

O líder sul-africano Nelson Mandela disse uma vez que “a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”. Para Juliana Felix, 36, a arma dessa luta é o sonhado diploma em odontologia. Em busca de uma vaga na USP (Universidade de São Paulo), a estudante do cursinho Modelo, no centro de São Paulo, afirma que pretende lutar contra o racismo nos serviços de saúde quando se formar.

“Nós somos tratadas de forma leviana. Minha irmã mesmo já passou por procedimentos sem anestesia na odontologia por julgarem que por ser negra ela aguentaria a dor”, explica Juliana.

Antes dessa luta começar, porém, ela vive uma longa jornada. Juliana começa os dias às 6h decorando as tabuadas que colou pelas paredes do quarto, sala e banheiro. “Daí eu dou banho na minha bebê porque quando eu acordo ela já está em cima de mim. Dou café pra ela, saio 6h50 e a deixo na creche. Depois vou no ônibus lendo até o trabalho, estou lendo Memórias Póstumas de Brás Cubas”, diz.

Moradora da favela São Remo, região do Butantã, na zona oeste de São Paulo, ela trabalha como vendedora em período integral. No horário do almoço, estuda. Ao fim do expediente, dirige-se ao curso, de onde sai às 22h30 e chega em casa meia-noite. “Daí vou fazer as tarefas do cursinho. Minha bebê acorda nesse horário porque ela sabe que eu chego. Então dou janta, brinco e vou dormir por volta das duas da manhã”, diz a estudante.

Juliana vive na favela São Remo e quer estudar na USP para ficar perto das filhas (Gabriel Sousa/Agência Mural)

A realidade vivida por Juliana é semelhante a de outros jovens. Nos últimos anos, para facilitar o acesso de estudantes das periferias ao ensino superior, diversos cursinhos populares de preparação para o vestibular surgiram na região metropolitana de São Paulo.

Em grande parte gratuitos, essas iniciativas têm como foco jovens negros e de baixa renda, segundo Douglas Belchior, fundador do cursinho de vestibular popular Uneafro, que atende a 2.000 estudantes em todo Brasil.

De acordo com levantamento do Arcadas - cursinho de vestibular gratuito mantido na Sé por alunos da faculdade de Direito da USP -, em 2017 havia cerca de 78 instituições do tipo na Grande São Paulo, com mais de 5.000 estudantes.

Juliana conheceu o cursinho Modelo por meio do psiquiatra que consultava. Ele foi aluno do curso, que o guiou para a formação em medicina em Cuba. Ela, no entanto, não pensa em sair

do Brasil. Muito menos da comunidade São Remo, onde mora há pouco mais de um ano com o marido e a pequena Khadija, filha do casal.

Mudou-se da cidade de Salto, na região metropolitana de Sorocaba, para morar perto da filha mais velha, Mirella, de oito anos, que vive com o pai que tem a guarda da criança. Agora, moram apenas a uma rua de distância.

Se entrar na USP, a proximidade ajudaria a ter mais tempo para passar com as filhas. Contudo, dificuldades financeiras têm atrapalhado a permanência da estudante no curso.

Uma colega de classe a ajuda financeiramente com as passagens de ônibus. "Fiz uma cartinha para ela hoje, foi uma coincidência. Eu comprei um brinquinho para ela e escrevi uma carta agradecendo", revela. "Minha vida é trabalhar e cuidar de criança. Não tenho vida social, ninguém visita a minha casa, não frequento lugar algum. Por isso que reconheço e valorizo a sua amizade", diz o texto.

Carta de Juliana para a amiga Jéssica em agradecimento ao apoio com o valor das passagens (Gabriel Sousa/Agência Mural)

Apesar das dificuldades, Juliana vê o cursinho como uma solução para o defasado ensino básico público. "O cursinho nivela as oportunidades, porque não nos falta genialidade, nós somos inteligentes. O que nos falta é só conteúdo e nós podemos alcançar o que qualquer ser humano alcança, independente da etnia."

HISTÓRIAS QUE SE REPETEM

Em Itapevi, na Grande São Paulo, Kelly Vidal Nascimento, 20, passou por dificuldades similares às de Juliana. Ela caminhava cerca de uma hora para chegar ao cursinho de vestibular Emancipa, onde frequentou por dois anos, porque não tinha condições de pagar pelo transporte público.

Graças aos conhecimentos adquiridos, cursa Direito na Universidade Federal da Bahia desde o início do ano. É a primeira da família a ingressar numa universidade pública. "Foi motivo de muito orgulho e comemoração. Me senti muito feliz e ao mesmo tempo assustada, já que teria que mudar de estado", conta a estudante.

Amanda Rodrigues Guimarães, 18, também não teve muitos exemplos de formação acadêmica na família: é a segunda a tentar entrar numa universidade. Moradora do Jardim São Luís, zona sul de São Paulo, frequenta o cursinho Uneafró durante a semana, com o sonho de cursar Ciências Sociais na USP, Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) ou PUC (Pontifícia Universidade Católica).

Estudante em aula da Uneafro (Thiago Fernandes/Uneafro)

"[O curso] tem um peso muito forte pra mim porque no máximo quatro pessoas da minha família terminaram o ensino médio", conta. A jovem é produtora de eventos e planeja atuar em pesquisas voltadas a políticas públicas em prol da comunidade LGBTQ+ quando formada. "Entrar nesses espaços [universidade pública] que são tão privados a nós mesmos é a forma que eu encontrei para reparação histórica."

CAMINHOS DA EDUCAÇÃO

Segundo o sociólogo Eduardo Villar Bonaldi, a baixa qualidade do ensino público é uma queixa recorrente dos estudantes de cursinhos populares. Ele é autor da tese "Tentando chegar lá: experiências sociais de jovens em um cursinho popular de São Paulo", defendida na USP, em 2016. "Quando [os alunos] entram em contato com o cursinho popular tomam consciência sobre o fosso entre o que é exigido para eles no vestibular e o que foi ensinado na escola", explica o sociólogo da educação.

O Brasil ainda caminha lento na universalização da educação. Segundo o relatório Education at a Glance, da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) divulgado no ano passado, apenas 16,3% da população de 25 a 34 anos do Brasil tinha formação superior em 2016. Em comparação, 70% dos sul-coreanos, 58,2% dos russos e 47,5% dos estadunidenses são graduados. "[O Brasil] está atrasado inclusive quando comparado a vizinhos latino-americanos, como Argentina e Chile", analisa Bonaldi.

VEJA TAMBÉM:

[Na zona sul, a história dos primeiros da família na universidade](#)

['Pisei na USP pela primeira vez aos 33 anos', relata correspondente da Jova Rural](#)

Há ainda disparidade no acesso à educação entre as diferentes camadas da sociedade. De acordo com o Censo da Educação Superior 2017, do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), os jovens de 18 a 29 anos da camada mais pobre da população têm média de 9,5 anos de estudo, enquanto para os mais ricos, o índice é de 13,1.

Além disso, jovens brancos têm média de 12,1 anos de estudo, enquanto os pretos possuem 10,8. A média nacional para a faixa etária é de 11,3 anos. Na faixa etária de 18 a 24 anos, 39% concluíram o ensino médio; 25% não frequentam nem concluíram o ensino médio e 19,7% frequentam a educação superior. Apenas 3,5% concluíram a graduação.

Nos bancos das universidades, a diversidade aos poucos ganha espaço. Desde o início da implantação das cotas raciais e sociais em algumas universidades, em 2004, o número de negros universitários dobrou. A Lei de Cotas Raciais e Sociais foi instituída em 2012.

Apesar disso, de acordo com levantamento do IBGE, em 2015, do total de jovens negros de 18 a 24 anos, 12,8% estão no ensino superior, frente a 26,5% de jovens brancos. Em 2016, os negros representavam 30% das matrículas no ensino superior.

Os negros também conquistaram espaço na USP, dobrando o número total de alunos de 2007 a 2017, segundo o IBGE. No entanto, a representatividade ainda é baixa: apenas um a cada seis alunos é negro. De acordo com o instituto, na idade de entrar no ensino superior, 52,2% dos estudantes negros ainda cursam o ensino fundamental ou médio, frente a 29,1% dos brancos.

Na visão de Bonaldi, para garantir a evolução da representatividade é necessária a proteção das políticas de cotas, que se veem ameaçadas pelo governo atual. O presidente Jair Bolsonaro (PSL) é opositor das cotas raciais, chegando a citar em campanha que diminuiria a reserva de vagas. Por enquanto, nenhuma medida foi anunciada oficialmente.

“Em segundo lugar, para poder aumentar a porcentagem desses estudantes no ensino superior público, a política educacional mais efetiva seria a melhora efetiva da educação básica pública”, diz.